

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº02/2018**  
**CONTRATO POR SERVIÇOS – CNT/OPAS**

**1. Antecedentes / Justificativa:**

A Constituição Federal de 1988 e a LOAS- Lei Orgânica de Saúde, constituem referência aos processos de implantação do Sistema Único – SUS em todo o País e dispõem, de modo significativo sobre a prevenção em saúde, a partir de princípios norteadores das práticas preconizadas pelas políticas públicas. A Secretaria Estadual da Saúde, comprometida com a causa da primeira infância no Estado, desenvolve desde 2003, a política pública Primeira Infância Melhor, ação transversal de promoção do desenvolvimento na primeira infância e fortalecimento da Atenção Básica em Saúde, tornada Lei Estadual nº 12.544/06 em 03 de julho de 2006, alterada pela Lei 14.594/14, compõe um dos projetos prioritários da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, sendo reconhecida como uma das tecnologias sociais mais importantes para o cuidado e atenção nos primeiros anos de vida na América Latina e no mundo. Suas ações têm como base a visita domiciliar realizada semanalmente, às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Visa o fortalecimento de suas competências para educar e cuidar de suas crianças, considerando seu contexto cultural, experiências, necessidades e interesses. As famílias são orientadas por meio de atividades lúdicas específicas voltadas à promoção das habilidades e capacidades das crianças.

O Primeira Infância Melhor tem como referência a metodologia do projeto cubano Educa a tu Hijo, do Centro de Referencia Latinoamericano para la Educación Preescolar (Celep) e fundamenta-se teoricamente nos pressupostos de Vygotsky, Piaget, Bowlby, Winnicot e Brunner, além dos recentes estudos da Neurociência. Está voltada para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano e tem como eixos de sustentação a Comunidade, a Família e a Intersetorialidade.

Desenvolve ações conjuntas às políticas estaduais de Saúde da Mulher e Saúde da Criança, priorizando a qualidade no atendimento à gestante, à consulta puerperal e pediátrica. Através de tais ações agregadas, promove maior garantia às mulheres para acessar seus direitos, inclusive o direito ao planejamento reprodutivo. Às crianças, permite o nascimento seguro e o crescimento e desenvolvimento saudáveis. Um dos principais objetivos desta política é a redução da mortalidade materna e neonatal. Busca a vinculação da gestante à unidade de referência para as consultas do pré-natal. O Primeira Infância Melhor, por sua vez, corrobora com todas estas ações, além de intensificar a busca ativa de gestantes para encaminhamento ao pré-natal, integrando objetivos e metas da Atenção Básica para a diminuição dos índices de óbitos de mães e crianças. A promoção de capacitações conjuntas com as equipes de saúde, dirigidas a visitantes domiciliares e agentes comunitários de saúde, constitui prática comum nos municípios. O objetivo é alinhar ações que possam alcançar benefícios às famílias, conforme suas necessidades.

Busca apoiar e orientar os profissionais de saúde quanto ao planejamento reprodutivo,

promovendo o alinhamento conceitual, a divulgação, produção e disseminação de informações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como na prevenção dos riscos e danos do aborto inseguro e violência contra a mulher. Orienta a expansão, a qualificação e o fortalecimento do cuidado às famílias com gestantes e crianças de 0 a 6 anos, a partir da integração das equipes técnicas municipais e regionais responsáveis pela Atenção Básica, com ênfase no desenvolvimento integral infantil. Além disso, elabora ações de Tecnologias, Informação e Comunicação em Saúde Materno-infantil, apoiando o intercâmbio de práticas exitosas na implementação de modelos entre as Regionais de Saúde priorizadas com a cooperação Sul/Sul, e publicações. O Sistema de Saúde do estado do Rio Grande do Sul, com sua característica de vasta extensão geográfica, nível populacional alto e miscigenação étnica, enfrenta diversos desafios ante a complexidade das demandas de atenção, acesso e qualificação da saúde. Dentre estes destacam-se: produção insuficiente e fragmentada de informações em saúde dificultando sua utilização como ferramenta de gestão no processo de decisão estratégica; descompasso entre a orientação das políticas de saúde no Estado e a organização dos processos de trabalho dos serviços; dificuldades da Secretaria Estadual da Saúde do RS na integração, processamento e divulgação de informações para o sistema de saúde e sociedade. Mais especificamente em relação ao Primeira Infância Melhor, percebe-se ainda outros desafios, tais como: instabilidade política causada pelas mudanças provocadas pelo ciclo eleitoral em nível de Estado e municípios, ocorridas a cada dois anos, alternadamente, que interfere significativamente nas prioridades e diretrizes orçamentárias das respectivas instâncias de gestão, impactando sobre a dinâmica de funcionamento do Programa e provocando a não permanência das estratégias então definidas; a realidade e contexto social, político e administrativo da qual é objeto, levando-se em conta o panorama político nacional, a transitividade dos programas, a gestão dos sistemas que pretendem dar sustentabilidade a projetos desta ordem, e ainda, as diferenças nas estruturas municipais que devem executar o trabalho na ponta; a necessidade de realização sistemática de capacitações para os grupos técnicos municipais devido às constantes trocas de técnicos para a gestão do PIM e destes para os Visitadores domiciliares.

A temática da diversidade, cujo foco as políticas nacionais têm distinguido enquanto necessário e urgente, igualmente encontra espaço assegurado nas ações do PIM, que se coloca ajustado às políticas de inclusão, levando em conta as diferenças culturais e étnicas, reconhecidamente abundantes no Estado. Tal agregação contribui para a revitalização das culturas a partir das próprias comunidades, promovendo o fortalecimento da autoestima e da identidade étnico-racial.

Assim sendo, o Estado do Rio Grande do Sul e a OPAS/OMS, plenamente alinhados em termos de estratégias, objetivos e resultados, ao efetivarem esta cooperação técnica, possibilitam o rompimento de barreiras significativas estabelecidas ao longo da história da Saúde em nosso Estado. Esta constitui a justificativa para viabilizar o fortalecimento e a qualificação da rede de serviços de atenção à saúde, por meio de atividades de produção e divulgação de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, formação permanente, estudos, pesquisas e integração das ações de saúde.

## 2. Objeto:

- a) Contribuir para o fortalecimento da gestão do Primeira Infância Melhor, através de análise crítica sobre a abordagem social na metodologia de atendimento às famílias, e apresentação de ações qualificadoras para adequação e/ou qualificação de tal abordagem, especialmente no que se refere a proteção social básica.
- b) Desenvolver ações estratégicas relacionadas às políticas afins, em interface com questões relacionadas à primeira infância e proteção social.
- c) Elaborar e qualificar ações e materiais voltados a temática social para aplicação junto às equipes técnicas municipais da política Primeira Infância Melhor e Programa Criança Feliz (PCF).

## 3. Descrição dos Serviços:

- **Produto 01** – Documento técnico contendo planejamento e execução de oficinas para análise e avaliação do Programa Primeira Infância Melhor em relação à Política de Assistência Social, seus programas, documentos, legislações e metodologias, apontando necessidades de adequações, fragilidades, fortalezas e potências.
- **Produto 02** – Documento técnico contendo a análise das apresentações utilizadas nas formações das equipes municipais, em consonância as metodologias dos programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, no que tange à Política de Assistência Social.
- **Produto 03** – Documento técnico contendo planejamento, execução e avaliação de formação continuada ou oficinas teórico/práticas, sobre desenvolvimento integral e proteção social básica a serem aplicadas junto às equipes técnicas dos municípios sob sua responsabilidade.
- **Produto 04** – Documento técnico contendo elaboração de material teórico e informativo sobre "vulnerabilidade social e proteção social", a serem contemplados no Programa Curricular de Formação Inicial de Visitadores do PIM.
- **Produto 05** – Documento técnico contendo a elaboração de material teórico com as adequações e sugestões para a melhoria das seções e/ou temáticas do site e instrumentos do Programa Primeira Infância Melhor .
- **Produto 06** – Documento técnico contendo a análise situacional, ações de monitoramento e estratégias futuras de intervenção junto aos municípios de sua responsabilidade com os programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz implantados.

#### **4. Metodologia:**

A metodologia empregada pelo Programa Primeira Infância Melhor visa o alcance de ações que envolvem o monitoramento e supervisão da realização de atividades técnico-operacionais das ações do PIM, a nível central para fortalecimento e qualificação da Gestão da rede de Atenção à Saúde e Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul, através das ações do Primeira Infância Melhor às Redes de Atenção e demais políticas voltadas às famílias com gestantes e crianças de 0 até menores de 6 anos. Tais aspectos exigem ações que envolvem educação permanente, planejamento, método e sistematicidade para alcançar os resultados desejados, tais como:

- Interlocução com as políticas de assistência social e elaboração de estratégias que visem o fortalecimento das ações de gestão na área da proteção social com vistas a implementação do PIM e PCF no Estado.
- Alinhamento de ações municipais em interface com as demais políticas, em prol da otimização da atenção e da proteção social básica junto às famílias.
- Análise e reestruturação do conteúdo publicado no site e instrumentos do Programa Primeira Infância Melhor, apontando as necessidades de adequações, bem como sugestões para melhoria das seções e/ou temáticas referentes a proteção social.
- Análise do cronograma e todas as apresentações do utilizadas na Formação Inicial dos Grupos Técnicos Municipais e Monitores, em consonância com a metodologia do Primeira Infância Melhor e Programa Criança Feliz no que tange a temática social e indicadores de vulnerabilidade.
- Planejamento, execução e avaliação de formação continuada ou oficinas teórico/práticas, sobre desenvolvimento integral e proteção social básica a serem aplicadas junto às equipes técnicas dos municípios com o PIM implantado.
- Elaboração de material teórico e informativo sobre "vulnerabilidade social e proteção social", a serem contemplados no Programa Curricular de Formação Inicial de Visitadores do PIM.
- Elaboração do material teórico com as adequações e sugestões para a melhoria das seções e/ou temáticas do site e instrumentos do Programa Primeira Infância Melhor.
- Análise situacional, ações de monitoramento e estratégias futuras de intervenção junto aos municípios de sua responsabilidade.

#### **5. Requisitos exigidos: Requisitos exigidos:**

##### **Formação Acadêmica:**

- Obrigatório: Graduação em Serviço Social ou Terapia Ocupacional ou Psicologia.
- Desejável: Pós Graduação na área das Ciências Sociais.

**Experiência Profissional:**

- Obrigatório: experiência em atividades relacionadas a execução da Política de Assistência Social; disponibilidade para viagens.
- Desejável: experiência na área de formação voltada a Política de Assistência Social; experiência em capacitação de recursos humanos; experiência em trabalhos executados com organismo internacional; experiência em projetos de pesquisa/avaliação de programa/política pública; publicações na área do desenvolvimento infantil; experiência em projetos relacionados aos temas ligados ao desenvolvimento infantil.

**6. Vigência:** 11 meses

**7. Valor estimado:** R\$ 47.300,00

**8. Forma de Pagamento:**

Data	Valor em R\$	Serviço
		<b>Produto 01</b> – Documento técnico contendo planejamento e execução de oficinas para análise e avaliação do Programa Primeira Infância Melhor em relação à Política de Assistência Social, seus programas, documentos, legislações e metodologias, apontando necessidades de adequações, fragilidades, fortalezas e potências.
		<b>Produto 02</b> – Documento técnico contendo a análise das apresentações utilizadas nas formações das equipes municipais, em consonância as metodologias dos programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, no que tange à Política de Assistência Social.
		<b>Produto 03</b> – Documento técnico contendo planejamento, execução e avaliação de formação continuada ou oficinas teórico/práticas, sobre desenvolvimento integral e proteção social básica a serem aplicadas junto às equipes técnicas dos municípios sob sua responsabilidade.
		<b>Produto 03</b> – Documento técnico contendo planejamento, execução e avaliação de formação continuada ou oficinas teórico/práticas, sobre desenvolvimento integral e proteção social básica a serem aplicadas junto às equipes técnicas dos municípios sob sua responsabilidade.
		<b>Produto 04</b> – Documento técnico contendo elaboração de material teórico e informativo sobre "vulnerabilidade social e proteção social", a serem contemplados no Programa Curricular de Formação Inicial de Visitadores do PIM.
		<b>Produto 05</b> – Documento técnico contendo a elaboração de material teórico com as adequações e sugestões para a melhoria das seções e/ou temáticas do site e instrumentos do Programa Primeira Infância Melhor .

		<b>Produto 06</b> – Documento técnico contendo a análise situacional, ações de monitoramento e estratégias futuras de intervenção junto aos municípios de sua responsabilidade com os programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz implantados.
--	--	---

**\*Vigência, datas dos produtos, bem como valores do Contrato poderão sofrer alterações**

**FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / SECRETARIA DA SAÚDE**  
**ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE - OPAS**  
**EDITAL Nº 01/2018**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - PERFIL 02**

relacionadas a execução da Política de Assistência Social; disponibilidade para viagens. • **Desejável:** experiência na área de formação voltada a Política de Assistência Social; experiência em capacitação de recursos humanos; experiência em trabalhos executados com organismo internacional; experiência em projetos de pesquisa/avaliação de programa/política pública; publicações na área do desenvolvimento infantil; experiência em projetos relacionados aos temas ligados ao desenvolvimento infantil.

Nº. de vagas: Duas (01) vaga

Candidatos	QUADRO 1			QUADRO 2							Resultado da 1ª Etapa Classificado/ Não Classificado/ Máximo 7 pontos	Indicar quais candidatos devem ser chamados para a entrevista.	
	1 Apresentação de Currículo Obrigatório SIM/ NÃO	2 Graduação em Serviço Social ou Terapia Ocupacional ou Psicologia Obrigatório SIM/ NÃO	3 Experiência em atividades relacionadas a execução da Política de Assistência Social Obrigatório SIM/ NÃO	4 Disponibilidade para viagens Obrigatório SIM/ NÃO	5 Classificatório: Pós Graduação na área das Ciências Sociais (máximo) 1,5 (máximo) 2, 00 (máximo) 2, 00 SIM = 0,00 NÃO = 0,00	6 Classificatório: Experiência na área de formação voltada a Política Social (máximo) 2, 00 (máximo) 2, 00 SIM = 0,00 NÃO = 0,00	7 Classificatório: Experiência em capacitação de recursos humanos SIM = 1,00 NÃO = 0,00	8 Classificatório: Experiência em trabalhos executados com Organismo Internacional SIM = 0,5 NÃO = 0,00	9 Classificatório: Experiência em projetos de pesquisa/avaliação de programa/política pública; SIM = 0,5 NÃO = 0,00	10 Classificatório: Publicações na área do desenvolvimento infantil SIM=0,5 NÃO=0,00			11 Experiência em projetos relacionados aos temas ligados ao desenvolvimento infantil. SIM = 1,00 NÃO = 0,00
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													

**Tabela de Pontuação - Peso dos documentos comprobatórios**

- 1,3,4 - Eliminatórios
- 5 - Doutorado = 1,5 pontos/ Mestrado = 1,30/ Especialização = 1,00/ Aperfeiçoamento = 0,7/ outros cursos não pontuam
- 6 - Considerar 0,20 por ano de experiência, sendo que a contagem poderá atingir 2 pontos máximos
- 7 - Sim= 1,0 Não = 0,0
- 8 - Sim = 0,5 Não = 0,0
- 9 - Sim = 0,5 Não = 0,0
- 10- Sim = 0,5 Não = 0,0
- 11- Sim = 1,0 Não = 0,0

**Observações:**

**QUADRO 1** - Nesta fase, os currículos dos candidatos serão analisados para verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios (e, portanto, eliminatórios), de acordo com as qualificações profissionais obrigatórias de formação acadêmica e experiência profissional informadas no Termo de Referência. Será preenchido o Quadro 1 da Ficha de Avaliação de cada candidato, respondendo "SIM" ou "NÃO" para cada um dos requisitos obrigatórios citados.

**QUADRO 2** - Nesta fase, serão pontuados, exclusivamente os currículos válidos, ou seja, aqueles que obtiverem resposta "SIM" em todos os requisitos obrigatórios listados no Quadro 1 da Ficha de Avaliação. A pontuação será o resultado da análise dos critérios classificatórios informados no Termo de Referência. Serão preenchidos na Ficha de Avaliação de cada candidato, indicando a pontuação obtida para cada um dos requisitos desejáveis/preferenciais listados, de acordo com critérios definidos na mesma tabela. A pontuação da formação acadêmica obedecerá à titulação acadêmica máxima obtida pelo candidato, sendo pontuado apenas o maior título obtido pelo profissional.

Diploma de curso superior obtido em país estrangeiro deve ser revalidado por universidade pública brasileira, de acordo com o artigo 48 § 2º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e as Resoluções 01/2002 e 08/2007 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Para fins de conceituação é utilizado como parâmetro de Pós-graduação a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e os Pareceres do CNE/CES nº 263/2006 e Parecer CNE/CES nº 254/2002 onde discorre sobre os cursos que podem ser considerados como pós-graduação, incluindo então o curso de Aperfeiçoamento de no mínimo 180 horas.

Após análise dos currículos classificados, indicar quais devem ser chamados para a entrevista. Este documento deve ser assinado por no mínimo três membros da comissão, sendo que 1 (um) deve ser servidor do Estado.

Nome dos avaliadores:  
Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_